



**MENSAGEM Nº 163/2024-GP**

Brasília, 03 de abril de 2024.

Senhor Governador,

Tenho a honra de informar a Vossa Excelência que esta Casa, no dia 02/04/2024, **manteve os VETOS PARCIAIS** aos Projetos de Lei e Projetos de Lei Complementar abaixo relacionados, com o seguinte resultado de votação: **dezesesseis votos favoráveis, havendo oito ausências.**

Ao ensejo, renovo a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e real consideração.

**Relação de Vetos PARCIAIS Mantidos:**

1. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 69, de 2020, de autoria do Poder Executivo que "altera a Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019, que aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal – LUOS nos termos dos arts. 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências", e dá outras providências".
2. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 395, de 31 de julho de 2001, que dispõe sobre a organização da Procuradoria-Geral do Distrito Federal".
3. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 88, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul – CLS, do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I".
4. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 97, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "homologa o Convênio ICMS 190, de 20 de outubro de 2021, que revigora e altera o Convênio ICMS 155, de 10 de outubro de 2019, que autoriza as Unidades Federadas que menciona a instituir programa de anistia de débitos fiscais relativos ao ICMS na forma que especifica; e institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS-DF 2021"
5. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 100, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 925, de 28 de junho de 2017, que dispõe sobre a reversão ao Tesouro do Distrito Federal do superávit financeiro de órgãos e entidades da administração direta e indireta integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social do Distrito Federal e dá outras providências".
6. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2022, de autoria do Deputado Delmasso, que "altera a Lei Complementar nº 937, de 22 de dezembro de 2017, que altera a legislação distrital relativa ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS e dá outras providências".
7. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 120, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, que reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências, com fundamento no art. 52 da Lei Complementar nº 932, de 3 outubro de 2017, e altera a Lei Complementar nº 840, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas

distritais”.

8. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 25, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Distrito Federal e dá outras providências”.
9. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei Complementar nº 31, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “homologa o Convênio ICMS nº 116, de 4 de agosto de 2023, que autoriza o Distrito Federal a instituir programa de remissão parcial de débitos fiscais e de anistia parcial de suas multas e juros relativos ao ICMS na forma que especifica; e institui o Programa de Incentivo à Regularização Fiscal do Distrito Federal – REFIS-DF 2023”.
10. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 932, de 2016, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “institui o Programa de Apoio Psicológico e de Orientação para Pais Biológicos ou Adotivos de Crianças Especiais e, na ausência destes, para o familiar responsável e adota outras providências”.
11. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 121, de 2019, de autoria do Deputado Delmasso, que “institui, no Distrito Federal, a Política Pública Brasília Lixo Zero, Arquitetura Sustentável e Energia Renovável e dá outras providências”, o qual se converteu na Lei nº 6.982, de 29 de novembro de 2021”.
12. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 416, de 2019, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “concede gratuidade de ingresso aos cronistas esportivos ativos, nas áreas de imprensa, nos locais de realização de todo e qualquer evento esportivo no Distrito Federal”.
13. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 547, de 2019, de autoria do Deputado José Gomes, que “dispõe sobre normas específicas de proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos distritais e de participação dos usuários na fiscalização da eficácia desses serviços e regulamenta o art. 30 da Lei Orgânica do Distrito Federal”.
14. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 559, de 2019, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “altera dispositivos da Lei nº 5.097, de 29 de abril de 2013, que estabelece normas para o transporte de pais ou responsáveis por aluno matriculado na rede pública de ensino que residam nas áreas rurais, nos dias que especifica, e dá outras providências”.
15. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 694, de 2019, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “garante o direito a acompanhante no pós-operatório aos pacientes submetidos a mastectomia, na rede pública ou privada de saúde do Distrito Federal”.
16. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 809, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que “cria o Instituto de Pesquisa e Estatística do Distrito Federal – IPEDF Codeplan e dá outras providências”.
17. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 880, de 2020, de autoria dos Deputados Delmasso e Rafael Prudente, que “institui as diretrizes para a Política Distrital de Fomento ao Artesanato Popular e dá outras providências”.
18. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 957, de 2020, de autoria do Deputado José Gomes, que “altera a Lei nº 4.949, de 15 de outubro de 2012 que estabelece normas gerais para realização de concurso público pela administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal”.
19. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 967, de 2020, de autoria do Deputado Leandro Grass, que “estabelece incentivos para incremento das atividades econômicas lideradas por mulheres no Distrito Federal”.
20. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.126, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Renda Mínima Temporária em enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da doença do coronavírus – Covid-19”.
21. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.193, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 6.352, de 7 de agosto de 2019, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020, e dá outras providências”.
22. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.207, de 2020, de autoria do Deputado José Gomes, que “veda a venda casada de produtos e serviços com a garantia estendida ou seguro congênere, e assegura direitos ao consumidor do Distrito Federal”.
23. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.236, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Emergencial de Crédito Empresarial do Distrito Federal- PROCRED-DF em enfrentamento aos efeitos econômicos da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da COVID-19 e cria o seu

24. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.259, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da COVID19”.
25. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.346, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “suspende os prazos de validade dos concursos públicos homologados e vigentes no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Distrito Federal, durante a vigência do Estado de Calamidade Pública”.
26. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.496, de 2020, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de turismo em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da Covid19”.
27. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.566, de 2020, de autoria da Deputada Júlia Lucy, que “institui a política de acolhimento em família acolhedora de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por decisão judicial e dá outras providências”.
28. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.597, de 2020, de autoria do Deputado Delmasso, que “institui no Distrito Federal o Estatuto da Juventude e dá outras providências”.
29. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.767, de 2021, de autoria do Deputado Reginaldo Veras, que “assegura ao usuário de serviço público, no Distrito Federal, o direito ao atendimento virtual adequado de suas demandas”.
30. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.862, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte coletivo escolar e de táxis, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid19”.
31. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.880, de 2021, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que “assegura ao consumidor do Distrito Federal o direito de solicitar a mudança de dados nas faturas de serviços essenciais de fornecimento de água e energia elétrica, nos casos que especifica”.
32. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.903, de 2021, de autoria do Poder Executivo e Júlia Lucy, que “dispõe sobre a concessão de auxílio financeiro aos proprietários de veículos destinados ao transporte de turismo, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid19”.
33. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.915, de 2021, de autoria do Deputado Delmasso, que “cria a política pública de participação das organizações da sociedade civil no apoio à manutenção de espaços públicos no Distrito Federal, denominada Nossa Quadra”.
34. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.051, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre a autorização para a implantação de tarifa de remuneração distinta da tarifa usuário para o Serviço de Transporte Público Complementar Rural – STPCR e para a Cooperativa Brasiliense de Transportes Autônomos, Escolares, Turismo e Especiais do Distrito Federal – Coobrataete, em razão do enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia de Covid-19”.
35. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.059, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos”.
36. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.224, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2022”.
37. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.276, de 2021 de autoria do Poder Executivo que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 39.791.190,00”.
38. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.277, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências”.

39. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.347, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 79.251.385,00".
40. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.397, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 4.567, de 9 de maio de 2011, que dispõe sobre o processo administrativo fiscal, contencioso e voluntário, no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências; e a Lei nº 6.225, de 19 de novembro de 2018, que dispõe sobre a remissão de créditos tributários e a reinstituição dos benefícios que especifica, homologa o Convênio ICMS 190, de 15 de dezembro de 2017, e dá outras providências".
41. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.419, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "institui o Plano DF Social, contendo programas que visam à superação da pobreza no Distrito Federal, e dá outras providências".
42. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.420, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "institui programa de provimento alimentar direto em caráter emergencial, denominado Cartão Prato Cheio".
43. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.421, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 6.938, de 10 de agosto de 2021, que institui o Programa Cartão Gás como medida de enfrentamento das consequências sociais e econômicas decorrentes da pandemia da Covid-19 e seus efeitos".
44. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.424, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 215.216.667,00".
45. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.449, de 2021, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP".
46. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.539, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 504.897.965,00".
47. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.553, de 2022, de autoria do Poder Executivo que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 174.151.567,00".
48. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.557, de 2022, de autoria do Poder Executivo que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 71.148.965,00".
49. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.558, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "altera as Leis nº 6.468, de 27 de dezembro de 2019, que reformula o Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal – PRÓ-DF II, cria o Programa Desenvolve-DF, regulariza situações consolidadas oriundas de programas de desenvolvimento anteriores e dá outras providências; nº 3.266, de 30 de dezembro de 2003, que complementa dispositivos do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo no Distrito Federal – PRÓ-DF II, aprovado pela Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências; nº 4.169, de 8 de julho de 2008, que altera a Lei nº 3.196, de 29 de setembro de 2003, e dá outras providências; e nº 4.269, de 15 de dezembro de 2008, que dispõe sobre regularização dos empreendimentos beneficiados pelos programas de desenvolvimento econômico PROIN-DF, PRODECON-DF, PADES-DF e PRÓ-DF e dá outras providências, e dá outras providências".
50. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.589, de 2022, de autoria do Poder Executivo que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 88.512.180,00".
51. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.709, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 3.831, de 14 de março de 2006, que cria o Instituto de Assistência à Saúde dos Servidores do Distrito Federal – INAS, e dá outras providências".
52. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.711, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 47.570.903,00".
53. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.713, de 2022, de autoria do Deputado Delmasso, que "institui a polícia pública distrital destinada ao resgate de jovens vítimas de violência sexual, denominada Vira Vida".
54. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.749, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o programa de acesso à justiça e fomento ao advogado iniciante".

55. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.832, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 98.426.441,00".
56. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.903, de 2022, de autoria do Poder Executivo que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 20.910.705,00".
57. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.944, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências".
58. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.945, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 6.934, de 5 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2022 e dá outras providências".
59. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.986, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 54.044.553,00".
60. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 2.992, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2023".
61. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 3.015, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei 4.751, de 7 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal, para prorrogar excepcionalmente mandatos de diretores, vice-diretores e conselheiros escolares e dar outras providências".
62. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 3.049, de 2022, de autoria do Poder Executivo que "acrescenta as especialidades de Educador Físico, Direito e Legislação, Químico e Médico Veterinário ao Anexo IV da Lei nº 3.320, de 18 de fevereiro de 2004".
63. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 3.058, de 2022, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 13.530.973,00".
64. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 196, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 470.219.230,00".
65. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 240, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 7.171, de 1º de agosto de 2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências".
66. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 273, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 7.171, de 1º de agosto de 2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências".
67. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 323, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 68.025.982,00".
68. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 451, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre a cooperação, implementação e execução de ações entre a Administração Pública distrital e os serviços sociais autônomos na forma que especifica, o qual se converteu na Lei nº 7.330, de 31 de outubro de 2023".
69. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 452, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 3.877, de 26 de junho de 2006, que "dispõe sobre a política habitacional do Distrito Federal"; e a Lei nº 6.466, de 27 de dezembro de 2019, que "dispõe sobre os benefícios fiscais do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores -IPVA, do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos - ITBI e da Taxa de Limpeza Pública - TLP".
70. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 455, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 55.126.600,00".
71. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 466, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 7.171, de 1 de agosto de 2022, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2023 e dá outras providências".

72. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 612, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre o Plano Plurianual do Distrito Federal para o quadriênio 2024- 2027”.
73. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 613, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “estima a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício financeiro de 2024”.
74. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 636, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 9.580.300,00”.
75. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 663, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 176.434.423,00”.
76. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 701, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal, aprovado no valor de R\$ 10.607.156,00”.
77. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 724, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “concede remissão, anistia e isenção do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, do Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – ITCD, do Imposto sobre a Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis por Natureza ou Acesso Física e de Direitos Reais sobre Imóveis – ITBI e da Taxa de Limpeza Pública – TLP relativos aos imóveis pertencentes ao Fundo Garantidor de Parcerias Público Privadas do Distrito Federal – FGP-DF, instituído pela Lei nº 5.004, de 21 de dezembro de 2012”.
78. VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 841, de 2023, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei nº 7.313, de 27 de julho de 2023, que ‘dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2024 e dá outras providências”.

**DEPUTADO WELLINGTON LUIZ**

*Presidente*

A Sua Excelência o Senhor

**IBANEIS ROCHA**

Governador do Distrito Federal

Palácio do Buriti

Brasília – DF



Documento assinado eletronicamente por **WELLINGTON LUIZ DE SOUZA SILVA - Matr. 00142, Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal**, em 03/04/2024, às 15:51, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

[http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Código Verificador: **1605586** Código CRC: **A7FEE8A9**.

